



**Antonio
Anastasia**
SENADOR

NÃO SÃO COISAS

APROVADO PROJETO DE LEI PARA
DEFESA DOS ANIMAIS

SAÚDE

ACABAR COM RETROCESSOS E
IMPEDIR PERDA DE RECEITAS

PRESTANDO CONTAS

www.antonioaugustohanastasia.com.br | 2015



RECONHECIMENTO

Estudo aponta Anastasia como
um dos cabeças do Congresso
Nacional

FEDERAÇÃO

Avança proposta para dar
mais autonomia legislativa aos
Estados brasileiros

RECURSOS

PEC quer menos burocracia
para pequenas cidades
poderem investir

ENTREVISTA

Senador fala sobre projeto que
garante mais transparência nos
conselhos de Estatais

Foto: Pedro França
Agência Senado

Olá, amigos e amigas. O final do ano é sempre tempo de reflexão, de olhar para o que construímos ao longo dos últimos meses, de avaliar o que deu certo e aquilo que precisamos aprimorar para o próximo ano.

Como todos vocês sabem, esse foi o meu primeiro ano no Senado. Depois de ter passado 12 anos no Executivo Estadual, em Minas Gerais, como secretário, vice-governador e governador, 2015 reservou para mim, graças mais uma vez à confiança dos mineiros, novos desafios, agora no Legislativo Federal.

Na minha chegada ao Congresso, em fevereiro, busquei me inteirar de tudo, conhecer bem o funcionamento da Casa. Estudei e vivenciei o dia a dia das comissões, os debates dos projetos no Plenário, os órgãos que compõem a Câmara Alta da República. Foi um período de adaptação à rotina de parlamentar, de aprendizado e contato com novas pessoas.

Terminando este ano, chegou a hora de prestar contas do que tenho feito e daquilo que produzi. Por meio dessa publicação – simples, é verdade – apresentamos, de maneira bastante resumida, as linhas gerais do meu exercício do cargo de senador.

Minha campanha para o Senado deu grande destaque à importância do fortalecimento da Federação no Brasil. Estou certo de que não resolveremos

os principais problemas do nosso País se mantivermos essa centralização excessiva de competências e de recursos na esfera Federal. Digo sempre que, quanto mais perto dos problemas estiver a solução, mais rápida e mais barata será ela. Muitas das minhas proposições tem como eixo fundamental a discussão de um novo Pacto Federativo. Vocês verão isso nas próximas páginas.

Tenho ainda me empenhado na melhoria da gestão pública, minha eterna bandeira. Para isso, mostra-se imprescindível garantir processos menos burocráticos e mais transparentes. Esta é uma pauta que tenho fortemente defendido em Brasília.

Tudo isso sempre ouvindo as pessoas. Daí porque mantenho meu gabinete permanentemente aberto, tanto em Brasília como em Belo Horizonte, onde tenho estado toda semana, para ter ciência das demandas das lideranças políticas e dos cidadãos e, assim, poder desenvolver um mandato participativo e de acordo com a realidade de cada região.

Apresento, portanto, a prestação de contas deste primeiro ano de mandato. Por favor, não deixe de dar sua opinião, sugestão ou crítica acerca da minha atuação parlamentar. É por meio de sua participação que vamos procurar melhorar cada dia mais.

Antonio Anastasia

EXPEDIENTE



**Antonio
Anastasia**
SENADOR

PRESTANDO CONTAS

*Atuação parlamentar do
Senador Antonio Anastasia*

Gabinete parlamentar

Brasília – DF
Senado Federal - Anexo II
Bloco A – Ala Teotônio Vilela
Gabinete 23
CEP: 70165-900

Telefone: (61) 3303-5717

Escritório político

Belo Horizonte – MG
Rua Santa Catarina, 1631,
9º andar. Bairro Lourdes.
CEP: 30170-081

Redação:

Assessoria de Comunicação

Foto da capa:

Gerdan Wesley

Edição e Consultoria:

Alberto Lage

Revisão:

Maria Lúcia Silvestre

Impresso na gráfica do Senado Federal.
Secretaria Especial de Editorações e Publicações

www.antonioaugustooanastasia.com.br

Anastasia leva ação do Senado Federal para melhoria da gestão legislativa no interior de Minas Gerais



Em 2015, o senador Antonio Anastasia trabalhou em prol da formação e profissionalização dos servidores dos legislativos municipais mineiros por meio do programa do Senado Federal chamado Interlegis. O programa promove cursos de formação para servidores das Câmaras Municipais.

“É nas cidades que se desenrolam os problemas e desafios dos cidadãos, nas diversas áreas. É para os municípios

principalmente, portanto, que devemos voltar nossa atividade política e representativa”, afirma.

Unai foi o primeiro lugar a receber o programa, que contou com a participação de representantes de Câmaras do Noroeste do Estado. Depois foi a vez de Tiradentes, no Campo das Vertentes, receber o evento. Uberaba, no Triângulo Mineiro, também sediou o programa para municípios da região.

As oficinas do Interlegis oferecem, aos servidores das Câmaras Municipais inscritos, cursos que proporcionam os conhecimentos necessários para instalação e utilização de ferramentas tecnológicas como o Portal Modelo para internet e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL).

Os programas do Interlegis utilizam software livre, que não implica custos para as casas legislativas, podendo ser adaptado às necessidades locais e que não requer conhecimentos aprofundados em informática. Em conjunto com o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, que informatiza todo o processo legislativo da Câmara, é possível, assim, atender as exigências das Leis da Transparência e de Acesso à Informação. Trata-se de mais um avanço para os Legislativos municipais, promovido graças à ação efetiva do senador Anastasia.

COMISSÕES

No Congresso Nacional, trabalho do senador já se destaca

No Congresso Nacional, o senador Antonio Anastasia é vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição e titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma das mais importantes do Senado.

A experiência como professor em Direito Administrativo e como governador do Estado de Minas Gerais em muito tem contribuído para o seu trabalho nesta relevante e valorizada comissão, por onde começa a tramitar a maioria dos projetos que chegam para apreciação dos senadores.

Anastasia também é titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, da Comissão de Transparência e Governança Pública, da Procuradoria Parlamentar e do Conselho do Projeto Jovem Senador, além de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão e de diversas comissões mistas (da Câmara e do Senado) para análise de Medidas Provisórias.

Nessas comissões, além de relatar importantes matérias, também participa da discussão e apreciação dos projetos postos em votação.

“É também um trabalho intenso, mas muito diferente daquele que por tantos anos desenvolvi no Executivo. Felizmente, consegui me adaptar bem. A colaboração dos assessores e técnicos do Senado, que tem um corpo de servidores muito qualificado, também ajuda bastante. Aos poucos estamos conseguindo avançar em propostas interessantes”, afirma Anastasia.

Em seu primeiro ano de atuação, Anastasia já é apontado como um dos cabeças do Congresso Nacional



No primeiro ano de mandato no Congresso Nacional, o senador Antonio Anastasia já entrou na lista dos “Cabeças do Congresso”, divulgada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). As características de ‘formulador’ e ‘articulador’ foram os destaques da atuação do senador. Os Cabeças do Congresso Nacional são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo protagonismo no processo legislativo, capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações. “É o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo”, explica o DIAP.

Desde sua chegada ao Congresso Nacional, em fevereiro, Anastasia tem se sobressaído nas Comissões do Senado Federal e no Plenário da Casa. O senador mineiro tem participado da condução de matérias importantes, como no caso da rediscussão do Pacto Federativo, em cuja comissão especial é um dos coordenadores.

Até agora já apresentou diversas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Projetos de Lei (PLS), em assuntos que envolvem, principalmente, a garantia de maior transparência e de menor burocracia no serviço público e a descentralização de recursos e competências para que Estados e Municípios possam prestar serviços de melhor qualidade. Além disso, é relator de importantes matérias em andamento na Casa, diversas delas já aprovadas em Plenário, e autor de emendas a outros projetos em tramitação.

O perfil traçado pelo DIAP destaca o papel ‘formulador’ do senador mineiro. “Os formuladores são os parlamentares

“ESTE RECONHECIMENTO, AINDA NO PRIMEIRO ANO COMO SENADOR, SEM DÚVIDA, ME ALEGROU MUITO. SERVE COMO ESTÍMULO E MOTIVAÇÃO PARA HONRAR OS VOTOS QUE RECEBI DOS MINEIROS QUE CONFIAM NO MEU TRABALHO E O NOSSO PAÍS.

que se dedicam à elaboração de textos com propostas para deliberação. São, certamente, os parlamentares mais produtivos, embora tenham menos visibilidade que os debatedores. O saber, a qualidade intelectual e a especialização, embora não sejam exclusivos, são atributos indispensáveis aos formuladores. O debate, a dinâmica e a agenda do Congresso são fornecidos basicamente pelos formuladores, que dão forma às ideias e interesses que circulam no Congresso. A produção legislativa, com raras exceções, é fruto do trabalho desses parlamentares. Enfim, são eles que concebem e escrevem o que o Poder Legislativo debate e delibera”, enfatiza a publicação do DIAP.

A carreira de Anastasia como professor licenciado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Direito Administrativo é destacada na publicação do departamento. O texto também informa que, antes de assumir o mandato de senador, o parlamentar foi secretário de Estado em Minas Gerais e secretário-executivo de dois Ministérios,

em Brasília, além de vice-governador e governador de seu Estado.

Também segundo o Departamento Intersindical, hoje Anastasia é um dos principais articuladores do seu partido, o PSDB, no Congresso. “Os articuladores são parlamentares com excelente trânsito nas diversas correntes políticas, cuja facilidade de interpretar o pensamento da maioria os credencia a ordenar e criar as condições para o consenso”, ressalta o departamento.

O senador Anastasia disse que a divulgação de seu nome na lista dos Cabeças do Congresso foi “uma boa surpresa, certeza de que, juntos, estamos no caminho certo”. “Este reconhecimento, ainda no primeiro ano como senador, sem dúvida, me alegrou muito. Serve como estímulo e motivação para honrar os votos que recebi dos mineiros que confiam no meu trabalho e o nosso País”, afirma.

Trabalho legislativo

O que já fez o senador Antonio Anastasia em seu primeiro ano de mandato:

- 7 Propostas de Emendas à Constituição (PEC).
- 13 Projetos de Lei
- 17 Requerimentos em Plenário e Comissões diversas
- 3 Audiências públicas para discussão de projetos de sua autoria ou relatoria.
- Mais de 70 Propostas sob sua relatoria.
- Diversas emendas a projetos de lei e Medidas Provisórias.
- Centenas de intervenções em Comissões e Plenário para discussão das propostas apresentadas.

Proposta proíbe que juizes dos tribunais eleitorais advoguem

A PEC 70/2015, de iniciativa do senador Anastasia proíbe ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de exercerem a advocacia enquanto estiverem na Corte. Se aprovada, a regra valerá também para os Tribunais Regionais Eleitorais. Recentemente a mesma tese foi defendida pelo próprio presidente do TSE e por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Atualmente, pela lei, os ministros que são advogados, nomeados pela Presidência da República, não podem advogar apenas nas Cortes Eleitorais. É livre, no entanto, o exercício da profissão perante outros tribunais. “A proposta busca corrigir esse equívoco. Hoje, por exemplo, pode ocorrer de um juiz patrocinar causas na Justiça Comum, tendo como julgadores seus pares da Justiça Eleitoral”, explica o senador, que é professor de Direito Administrativo.

COMO FUNCIONA

Hoje, dos 7 membros que compõem as cortes eleitorais, 2 são advogados indicados. O TSE, por exemplo, é composto por 3 ministros do STF, 2 ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e 2 advogados. Esses “ministros-advogados” não podem advogar em corte eleitoral. Mas podem advogar em outros tribunais, mesmos sendo ministros do TSE. Dessa forma, um ministro do TSE pode ter, no STF ou no STJ, um caso seu julgado, como advogado, por um colega do TSE. O mesmo ocorre nos Tribunais Regionais.

A proposta de Anastasia quer impedir isso. Enquanto ministro do TSE ou desembargador no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o advogado não poderá exercer a advocacia em quaisquer outros tribunais.

MAIS TEMPO

Ao mesmo tempo, a PEC propõe que o período de permanência dos advogados indicados para os Tribunais Eleitorais seja estendido para 4 anos, sem recondução. Hoje, eles prestam serviço por dois anos, sendo permitida a recondução. “Essa nova regra protege a imparcialidade indispensável para o exercício da magistratura. Atualmente, para que o juiz exerça o segundo biênio, é necessário que seja reconduzido, ou seja, submetido novamente ao crivo da Presidência da República. Não se pode fechar os olhos para o fato de que o magistrado no primeiro mandato pode ficar vulnerável a interferências políticas quando pretende ser reconduzido”, explica o senador ao justificar a pertinência da proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

REFORMA POLÍTICA

PEC proíbe secretários e ministros de concorrerem a cargos eletivos no Legislativo no ano seguinte

No momento em que o Congresso discute a reforma política, o senador Antonio Anastasia apresentou no Senado Federal uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 94/2015) que proíbe secretários e ministros de Estado, além de dirigentes da administração pública, de concorrerem a cargos eletivos no Legislativo na legislatura subsequente ao seu exercício no Executivo.

Pela proposta, que acrescenta novo parágrafo ao artigo 14 da Constituição, esses agentes públicos se tornarão

inelegíveis para o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

“Ministros e secretários são os responsáveis por ordenar despesas e movimentar créditos orçamentários. Ocorre que muitas vezes, já pensando em uma futura eleição, alguns agentes públicos acabam comprometendo critérios técnicos da função em prol de sua carreira política. Ao mesmo tempo, com essa proposta aprovada, vamos evitar a desincompatibilização desses agentes públicos. Hoje ela

é necessária para se concorrer aos cargos no Legislativo. Vamos privilegiar também a continuidade das políticas públicas planejadas”, afirma Anastasia.

Para o senador essa inelegibilidade criará ambiente mais adequado para o exercício das funções técnicas e estratégicas na Administração Pública. Anastasia obteve as assinaturas necessárias para a apresentação da PEC que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Anastasia resgata e aprova proposta parada há mais de 50 anos que vai desburocratizar processos com documentos no Brasil e no exterior

Para que um acordo internacional possa ter validade no Brasil, ele precisa ser referendado pelo Congresso Nacional. A chamada 'Convenção da apostila' é um dos acordos plurilaterais gestados na Convenção de Haia sobre Direito Internacional Privado, em 1961. Até 2015, no entanto, não havia sido apreciada pelos parlamentares brasileiros. Neste ano o senador Antonio Anastasia foi destacado relator da matéria e conseguiu a aprovação dessa importante Resolução.

O Decreto Legislativo nº 208 enfim referendou o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros. O Ministério das Relações Exteriores agora está tomando as providências necessárias para efetivação do tratado.

"Trata-se de uma convenção extremamente positiva para fins de simplicidade e da desburocratização. A adesão do Brasil vai gerar grande simplificação do processo de legalização de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil, propiciando redução do tempo de processamento, de custos para cidadãos e empresas. É, portanto, uma medida muito conveniente e oportuna para os interesses nacionais. Fico feliz com a aprovação da matéria depois de tantos anos porque ela vai beneficiar principalmente estudantes nossos

que vão para o exterior e, ao mesmo tempo, estrangeiros que vem estudar aqui no Brasil. Lamento tão somente que tenhamos demorado tantos anos a aderir a essa convenção tão positiva", afirma Anastasia.

Hoje documentos brasileiros a serem utilizados no exterior são submetidos a processo de "legalizações em cadeia", efetuado em várias etapas, por diferentes instâncias governamentais e paraestatais, cabendo a última etapa nacional ao Ministério das Relações Exteriores. Uma burocracia grande e demorada. Por outro lado, documentos estrangeiros que devam valer no Brasil têm de ser legalizados no Consulado ou Setor Consular da Embaixada do Brasil em cuja jurisdição foram emitidos.

Com a nova regra, os documentos nacionais destinados a serem remetidos ao exterior, quando receberem Apostila emitida por autoridade competente no Brasil, passarão a ter validade imediata em todos os demais Estados-Parte da Convenção, que hoje são 105 países. Ao mesmo tempo, passarão a ser aceitos, no Brasil, documentos estrangeiros contendo Apostila emitida por um desses Estados-Parte.

Além disso, sistemas digitais de Apostila Eletrônica ("e-Apostille"), já desenvolvidos por diversos países, poderão conferir ainda mais rapidez e segurança às legalizações. Hoje

o conhecido relatório anual do International Finance Corporation do Banco Mundial ("Investing Across Borders"), considera a capacidade de emitir Apostila um dos critérios para medir a competitividade dos países avaliados. A adesão ao acordo, portanto, poderá também surtir efeitos econômicos positivos para o Brasil.



Propostas de melhoria da gestão pública ganham espaço na agenda de Anastasia no Senado Federal



Foto: Gerdan Westley

A profissionalização e a melhoria da gestão pública sempre foram prioridades de Antonio Anastasia como professor e como servidor público. No Governo de Minas, como secretário, vice-governador e governador, por meio do Choque de Gestão, implementou programas, projetos e ações que melhoram a administração de forma a que o Estado possa oferecer serviços públicos de maior qualidade. Não tem sido diferente agora no Senado Federal. São diversas propostas apresentadas para buscar melhorias na gestão pública em todo o Brasil.

São de autoria de Anastasia, por exemplo, duas emendas à Proposta de Emenda à Constituição 110/2015, que garante, constitucionalmente, a meritocracia como um princípio da administração pública e para instituir a remuneração variável no serviço público. As emendas foram articuladas

em sintonia com o autor da proposta, o senador Aécio Neves (PSDB/MG), e estabelecem que a avaliação periódica dos serviços públicos deverá observar especialmente critérios de qualidade e de presteza do atendimento. A proposta com as emendas de Anastasia foram aprovadas este ano na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

“Os avanços na carreira pública devem ser derivados do mérito de cada um, das suas realizações e capacidade individuais. Daí a ideia de estabelecer a meritocracia como princípio a ser observado pela administração pública quando da seleção e promoção daqueles que compõem seus quadros”, defende o senador.

Outra Proposta de Emenda à Constituição (PEC 71/2015) e um Projeto de Lei do Senado (PLS 348/2015) também acrescentam

dispositivos legais que obrigam o Estado ou o concessionário do serviço público a apresentar metas e resultados do trabalho que realiza.

Anastasia quer obrigar o prestador de serviços públicos a disponibilizar aos cidadãos informações, metas e indicadores sobre a qualidade do serviço.

Além dos benefícios da transparência, a proposta obrigará os agentes públicos a, de fato, se comprometerem a elencar objetivos para serem alcançados e a apresentarem os reais resultados daquilo que propõem.

“Se hoje já existisse essa obrigação, muitos desmandos na administração pública poderiam ter sido evitados, já que não há melhor forma de prevenir a corrupção ou a ineficiência que a ampla publicidade das informações e indicadores”, afirma o senador.

Projeto prevê diálogo e articulação entre órgãos públicos e sociedade para decisões mais eficientes

Para garantir que projetos de grande impacto sejam decididos de forma rápida e com diálogo com a sociedade, Anastasia apresentou o PLS 615/2015 que cria a figura da Decisão Coordenada, espécie de comitê que reunirá, dependendo do tema, vários órgãos da administração pública para o debate e tomada de decisões.

“Na prática, o projeto vai garantir que os órgãos se reúnam para que decidam em conjunto e não cada qual segundo seu interesse ou sua visão técnica. Além de dar maior transparência e assegurar interação para que se chegue à melhor solução, esse projeto oferecerá maior agilidade ao desburocratizar os processos”, diz Anastasia.

Por exemplo, quando for preciso construir uma grande hidrelétrica, o Governo poderá formar um comitê que reunirá, entre outros, os Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Integração Nacional, a Secretaria dos Direitos Humanos e, ainda, representantes da sociedade da região. Da mesma forma, na discussão de conflitos pela demarcação de terras indígenas, um comitê poderá reunir órgãos

como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Casa Civil, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça, do Meio Ambiente, além de membros dos povos afetados. Inúmeras outras questões poderão ser analisadas nesses fóruns.

“Fizemos essa experiência em Minas Gerais, com o destacado esforço da professora Maria Coeli Simões Pires, à época secretária de Estado da Casa Civil, e o resultado foi muito exitoso. Há estudos acadêmicos que comprovam a eficiência da adoção desse procedimento. A propósito, vale mencionar que a legislação italiana prevê a criação desse instituto que facilita e abrevia a solução de conflitos. É com base nesses exemplos que propomos agora este projeto que, acredito, dará mais qualidade aos processos de tomada de decisão pública em ações de grande impacto no Brasil”, afirma o senador.

A decisão obedecerá aos princípios de flexibilidade, coordenação, transparência administrativa, simplificação de procedimentos, concentração das instâncias decisórias e responsabilidade compartilhada.



Foto: Gerdam Wesley

PL desburocratiza lei de acesso à informação

Não são poucas as vezes que o cidadão, ao pedir ao Poder Público acesso a informações, recebe resposta negativa por questões meramente burocráticas. Por outro lado, há também dificuldades de identificar a autoridade responsável por acolher um recurso contra o pedido que lhe foi negado. Dessa forma, a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), criada para facilitar a transparência na administração pública, acaba muitas vezes não cumprindo seu papel. Projeto de Lei (PLS 529/2015) apresentado pelo senador Anastasia quer mudar essa realidade.

Pela proposta, fica vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de requerimento, devendo o servidor público apontar eventuais irregularidades formais e orientar o interessado a sanar as falhas identificadas. Ao mesmo tempo, se, em um prazo de cinco dias, a autoridade que proferiu a decisão não reconsiderar sua posição, o recurso deverá ser encaminhado à autoridade superior. Em outras palavras, o Poder Público deve facilitar o acesso do cidadão aos dados públicos de seu interesse.

Se aprovado, o projeto resolverá problemas como os denunciados pelas ONGs engajadas na área de transparência pública e participação cidadã.

“A Lei de Acesso à Informação foi um grande passo para o processo de transparência e participação popular junto ao Poder Público no Brasil. Esses dois pontos, no entanto, tem sido objeto de recorrentes reclamações das organizações não governamentais dedicadas ao controle da transparência no nosso País. O projeto que proponho agora quer corrigir esses pontos”, explica o senador.

Projeto prevê mais transparência nos conselhos de estatais



O senador Antonio Anastasia protocolou no Congresso Nacional Projeto de Lei (PLS 398/2015) que prevê a adição de um novo artigo na Lei da Transparência. Por meio dele, ficará obrigada a gravação e manutenção, por no mínimo cinco anos, das sessões deliberativas dos Conselhos de Administração e Fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Na entrevista a seguir, o senador fala sobre a importância do projeto, como ele deverá colaborar para uma transparência ainda maior das ações públicas e sobre a expectativa para tramitação da proposta no Congresso.

O senhor sempre se mostrou muito atento a propostas que melhorem a administração pública no Brasil. Essa é mais uma ação nesse sentido, senador?

Esse projeto é mais um passo a favor da transparência. Transparência é uma palavra mágica. Há alguns anos não tínhamos essa ideia, esse princípio. É natural que a administração pública seja dinâmica. Ela não é estática, mas vai se aperfeiçoando ao longo do tempo com os costumes, com o nível cultural e de civilização de cada sociedade. Felizmente, nós estamos caminhando em prol de uma transparência cada vez maior, nos aproximando de Nações, como as escandinavas, por exemplo, que têm um grau de transparência altíssimo se comparado ao do Brasil. E, em relação às estatais, notamos, inclusive em razão dessa questão toda envolvendo a Petrobras, a ausência dos registros das reuniões do Conselho de Administração da empresa, exatamente por haver uma lacuna na lei. Até esse momento não há qualquer obrigação para que a reunião dos conselhos, não só de administração, mas também fiscal, das empresas estatais como um todo, sejam registradas, gravadas e guardadas por um período.

Mas, senador, como se daria isso?

A minha sugestão com o projeto, que será debatido e aperfeiçoado pelos colegas e, caso seja possível, aprovado para depois ser discutido na Câmara, é exatamente estabelecer que o registro das reuniões seja mantido por um prazo de cinco anos, que é o prazo hoje da prescrição em geral, apesar de improbidade não ter prescrição. Mas é um prazo que me parece razoável. Esse é o propósito: dar transparência, permitir que o que é debatido ali, que é de interesse público (são empresas do Governo, mantidas com o dinheiro do povo, pelos tributos e recursos pagos pelas pessoas ou por tarifas pagas pelas pessoas), fique claramente documentado. Se, porventura, um tema discutido tiver algum segredo, algum sigilo empresarial, é claro que, se requisitado, será ouvido o Ministério Público, com a cautela devida. Mas pelo menos teremos ali o registro, uma prova a ser no futuro colocada, até como defesa da pessoa. A pessoa que está no conselho terá o seu voto ou a sua posição consignada. Então, é importante tanto para comprovações como para a defesa. Acho que é um passo positivo na transparência.

Como seria acessada essa informação? A sociedade, por exemplo, teria acesso?

Essa minha proposta está fazendo uma emenda à Lei da Transparência. São os mesmos critérios de acesso aos documentos públicos. Essa gravação vai se assemelhar a um documento público, claro, com os mesmos níveis de reserva e cautela que tem os documentos em geral.

Esse registro também ajudaria a criar um ambiente que não permitisse certas distorções como as que a gente está vendo agora nessa questão do Carf, do Conselho Administrativo da Receita Federal?

Certamente. Eu sempre parto do pressuposto, evidentemente, da boa-fé de todos. No momento em que os conselheiros sabem que estão sendo gravados e que aquele registro será mantido, ele vai ter um comportamento mais condizente com a responsabilidade da sua função. Esse é um passo muito positivo para uma função que é muito importante. Porque as pessoas pensam, as vezes, que ser membro de um conselho de administração de uma estatal ou de uma empresa pública é tão somente uma benesse, um privilégio, um acréscimo remuneratório. Não é. É, na verdade um ônus, uma responsabilidade, uma determinação legal, e, algumas vezes, Constitucional, para desempenho de uma atividade importante na aplicação das estratégias e das diretrizes daquela empresa. E são empresas grandes: Petrobras, Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os Correios, empresas dos Estados, dos Municípios. São empresas muito poderosas e que, de fato, merecem uma atenção especial do legislador.

E é uma responsabilidade muito grande essa tomada de decisão, não é?

Evidente. Por isso o registro para se saber exatamente qual foi o comportamento de cada conselheiro. Em um caso como esse da compra da refinaria de Pasadena, por exemplo, ficaria mais fácil, tanto para a sociedade, quanto para o judiciário, entender como se deu a tomada de decisão porque estariam gravados os debates. Os motivos vão estar expostos, os motivos técnicos, estratégicos, empresariais, de maneira muito clara. Isso é muito bom para se definir de maneira transparente quais foram as etapas que levaram àquele resultado.

Senador, como é a tramitação?

Nós já apresentamos a proposta. É um tema que vai reverberar e o debate é importante. Vamos conversar com nossos pares, receber as emendas, discutir. O projeto certamente será aperfeiçoado para que, se for entendido positivo, espero, seja aprovado.

Anastasia propõe regras para o uso dos cartões corporativos



PROÍBE
sacar dinheiro
com o cartão
corporativo sem
autorização

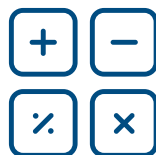


EXIGE
ficha limpa para os
portadores de cartão
corporativo: **sem
antecedentes
criminais**



DEFINE
a criação de
limites para os
pagamentos

Todas as despesas deverão ser públicas e divulgadas pela internet.



Libera o acesso dos órgãos de controle e fiscalização aos dados sigilosos dos cartões corporativos.

Projeto de lei apresentado pelo senador Antonio Anastasia quer regulamentar o uso dos chamados cartões corporativos, os cartões de pagamento. O PLS 347/2015 estabelece normas básicas para o uso desses cartões no âmbito da administração pública direta da União.

“A administração federal carece de uma lei que disponha sobre normas para a utilização de cartões de pagamentos, hoje tão disseminados. A lacuna legal existente até hoje permitiu que ao longo de anos alguns desmandos e irregularidades ocorressem na sua utilização. O nosso projeto tem o objetivo de acabar com isso”, ressalta o senador.

Pela proposta, ficará proibido, por exemplo, sacar dinheiro com o cartão. Também não será permitida, por parte das administradoras, cobrança de taxas de adesão, de manutenção,

de anuidades ou de quaisquer outras despesas decorrentes da sua obtenção ou uso. As despesas realizadas deverão ser divulgadas na internet com a data, o nome, a matrícula do servidor e o total do gasto.

Para ser portador do cartão, o agente público deverá, ainda, apresentar declaração negativa de antecedentes criminais e de não ter sofrido penalidades por práticas de atos desabonadores no exercício de função pública.

Além disso, haverá dotação orçamentária própria para esse fim e os chefes dos Poderes, que também estarão submetidos à regra, deverão estabelecer os limites máximos para a utilização do cartão.

Só em 2014, o Governo Federal gastou R\$65,2 milhões com os cartões

corporativos. Desse montante, R\$8,8 milhões foram feitos pela Secretaria de Administração da Presidência. O valor representa um aumento de 51% em relação a 2013. 99% dessas despesas foram declaradas sigilosas.

O projeto do senador Anastasia acaba também com essa confidencialidade, ao menos para os órgãos de controle e fiscalização, que utilizarão o acesso aos dados para a elaboração de pareceres e relatórios.

“O chamado cartão corporativo é utilizado em diversos países do mundo. Mas seu uso tem que ter regras claras, transparentes, obedecendo aos princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade. Essa é uma primeira proposta para ser discutida e aperfeiçoada de modo a nós termos um conjunto de princípios que possam dar uma moldura para o uso correto do cartão”, explica Anastasia.

Aprovada no Senado antiga reivindicação de sindicatos: projeto que estabelece a negociação coletiva na administração pública

Foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Desenvolvimento Nacional do Senado Federal, projeto do senador Anastasia que estabelece normas gerais para a negociação coletiva na administração pública. Até hoje não há normatização do tema, reivindicação antiga dos sindicatos de servidores públicos. O novo projeto vai ao encontro de convenção e recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dará ao País uma legislação específica para o tema. O Canadá, por exemplo, já possui lei correspondente desde 1967 e a Argentina desde 1992.

A intenção da nova lei é garantir mecanismos permanentes de prevenção e solução de conflitos envolvendo servidores e o Estado, de forma a garantir resultados positivos, minimizando, por exemplo, a judicialização das negociações e reduzindo a incidência de greves que prejudiquem o serviço público. Ficará instituído, assim, uma espécie de fórum permanente no qual o diálogo entre o Poder Público e os servidores se dará de maneira regular.

“Acredito que essa é uma medida indispensável à modernização e a evolução das relações entre o Estado e seus servidores. A proposta quer abrir uma nova era nessas relações na qual prevaleça efetivamente o diálogo, a transparência e o bom senso entre as partes, de forma a evitar grandes embates desnecessários e prejuízos para os

servidores, o Estado e a população”, explica o senador.

A proposta recebeu apoio de entidades ligadas aos sindicatos dos servidores durante audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Segundo o representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos, a posição do setor foi unificada e incluiu o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Fórum Sindical dos Trabalhadores (CST) e da Confederação dos Sindicatos Brasileiros (CSB). Para ele, a regulamentação proposta por Anastasia é a mais antiga reivindicação do setor desde o reconhecimento da representação sindical em 1988.

A proposta

Pela proposta, União, Estados e Municípios deverão prover todos os meios necessários para a plena efetivação da negociação coletiva como mecanismo permanente de prevenção e solução dos conflitos. Tal negociação poderá ocorrer por meio de mesas, conselhos, comissão ou grupo de trabalho, em que representantes sindicais dos servidores e do ente estatal terão participação paritária.

Todas as questões relacionadas aos servidores e empregados públicos poderão ser debatidas. Nesse caso, inclui-se os planos de carreira; criação, transformação e extinção de cargos; remuneração; regime

jurídico; estabilidade e avaliação de desempenho; condições de trabalho; plano de saúde e planos de capacitação; aposentadoria e demais benefícios previdenciários; organização sindical; qualidade dos serviços públicos prestados e política de recursos humanos, por exemplo.

A proposta prevê que tanto os representantes dos servidores quanto os dos entes estatais devem possuir o conhecimento necessário sobre as matérias objeto de negociação e autonomia para realização de acordos. Na hipótese de propostas que ultrapassem essa autonomia, a reunião será suspensa para que se obtenha o posicionamento da entidade, a fim de se prosseguir com as tratativas. Se necessário, as partes poderão solicitar um mediador, de comum acordo, que colabore com o processo de negociação.

“Queremos com esse projeto garantir que o conflito seja adequadamente identificado e preventivamente tratado para que não incorra em problemas maiores para as partes e para os cidadãos, que são os beneficiários do serviço público. Ao mesmo tempo, a lei, se aprovada, vai estimular uma solução consensual na qual os servidores e o Estado-administrador serão protagonistas, não mais o Estado-juiz”, afirma o senador Anastasia.

Com a aprovação do projeto no Senado Federal, a matéria agora será analisada e votada pela Câmara dos Deputados.



Parlamentar mineiro coloca em pauta matéria que dá aos Estados federados maior autonomia legislativa sobre assuntos locais

Desde que chegou ao Congresso Nacional, o senador Antonio Anastasia participa de todas as discussões que envolvem a repactuação da Federação no Brasil, de forma a dar mais autonomia a Estados e Municípios. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, ele resgatou, por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, de autoria das Assembleias Legislativas, que estava parada na Casa. Anastasia foi o relator e conseguiu finalmente colocar a questão em pauta. O projeto é um marco do Pacto Federativo no Brasil.

A chamada PEC da Federação torna de competência comum da União e dos Estados Federados a criação de leis sobre determinados temas. “O objetivo é alargar as competências e atribuições das nossas Assembleias, robustecendo a Federação no seu aspecto crucial. Nós sugerimos, por exemplo, que as regras procedimentais sejam descentralizadas e que aquelas que tratem de trânsito e de transportes sejam estaduais”, explica o senador. De acordo com o texto, a União perderá, também, a exclusividade de criar leis sobre direito processual

e direito agrário, sobre as bases da educação, sobre a licitação e contratação, e, ainda, acerca da organização, convocação e mobilização de policiais e bombeiros. “Essa PEC advoga a ideia de que à União cabe definir princípios, de modo a delinear uma moldura, permitindo que cada quadro seja pintado de maneira distinta em razão das circunstâncias e peculiaridades locais”, afirma Anastasia.

Legislar sobre esses assuntos é hoje atribuição privativa da União, como previsto nos artigos 22 e 24 da Constituição. A PEC quer fortalecer o papel das Assembleias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, estabelecendo que a União passe a editar apenas regras gerais, que poderão vir a ser suplementadas por normas elaboradas pelas unidades da Federação.

A proposta recebeu amplo apoio tanto dos senadores quanto dos parlamentares estaduais. No dia da leitura de relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mais de 200 deputados dos mais diversos Estados da Federação estiveram em Brasília.



No Senado, Anastasia sai em defesa da Nova Federação



Em audiência pública das mais concorridas, essa proposta foi amplamente discutida. Na ocasião, o presidente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas de todo o País e Presidente da Assembleia do Estado de São Paulo, Fernando Capez, manifestou a posição favorável de todas as Casas pelo substitutivo apresentado pelo senador e defendeu a proposta de descentralização do poder de legislar. “O principal problema que hoje atravessa o País é a insegurança jurídica, a instabilidade de regras. Isso decorre, muitas vezes, de uma natural demora na produção das regras legislativas pelas dimensões continentais de nosso País. Por essa razão, foi feita essa PEC. O parecer do senador Anastasia foi percuciente, lógico, preciso, substancioso e retirou alguns pontos que eram muito duvidosos na proposta original”, destacou Capez.

De sua parte, o Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Gabriel Sampaio, discorreu sobre a pertinência e importância do tema e lembrou a história peculiar do Federalismo no Brasil. Para ele, há necessidade

de que as unidades da Federação e a União se debrucem sobre a matéria. “Acho que o mais essencial é trazer essa contribuição e reforçar o nosso papel nesse debate. O Ministério da Justiça quer contribuir com essas discussões, naquilo que for necessário. É nosso papel e dever trazer todo apoio institucional para a iniciativa”, afirmou.

A vice-presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, deputada Ana Cunha, também defendeu a proposição. Segundo ela, o Brasil não vai conseguir proporcionar bem-estar à população sem que os parlamentares estaduais possam fazer leis que levem em consideração as situações locais. “O Pará tem peculiaridades diferentes das de São Paulo, que por sua vez são diferentes das de Minas. Nós, deputados estaduais, estamos na base e sentimos mais de perto os problemas. Todas as Assembleias Legislativas aqui estão sendo representadas pelos seus Parlamentares. Cumprimento o senador Anastasia e, em seu nome, todos os homens e mulheres que acreditam que, por meio da lei, possamos, sim, fazer uma Nação melhor”, reiterou a deputada.

Se criar mais impostos, União terá que dividir com municípios, defende PEC do senador Anastasia



Foto: Gerdan Wesley

O senador Antonio Anastasia quer desestimular a criação de novos impostos por parte do Governo Federal no Brasil. Entretanto, para a hipótese de que a União venha a fazê-lo, o senador apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 109/2005) que estabelece que os recursos serão divididos com os municípios, no percentual mínimo de 20%.

“Qualquer iniciativa de criar mais impostos, como tem dado a entender o Governo, terá o combate vigoroso da oposição. O brasileiro não aguenta mais tanta taxa. A proposta que apresentei prevê que, se o Governo conseguir passar no Congresso qualquer novo imposto, ele terá que ser dividido com os Municípios. A aprovação dessa PEC,

por si só, deve desestimular a tentativa de cobrar do cidadão o preço da crise”, afirma o senador.

A proposta de Anastasia vai ao encontro daquilo que ele sempre defendeu durante sua carreira política, a descentralização administrativa e de recursos, com a revisão do Pacto Federativo no Brasil. Hoje, 68% dos tributos recolhidos vão direto para o Governo Federal. Na partilha, a União fica com 58%, os Estados com 24% e os Municípios com 18%.

“É justamente nos Municípios que surgem as demandas sociais. E são eles quem menos ganham hoje do bolo tributário. Isso está errado”, enfatiza o senador.

Outras matérias tributárias que envolvem diretamente as finanças municipais estão sendo relatadas por Anastasia.

“Uma federação pressupõe independência administrativa, financeira e decisória para os entes federativos. No Brasil, após a Constituição de 1988, os Municípios passaram a ser partes integrantes da Federação, mas, se carecem de recursos até para se autossustentarem, mais carentes ainda são para estabelecerem suas próprias prioridades. A presente proposta, ainda que não resolva o problema financeiro dos Municípios, pelo menos garante maior isonomia caso a União insista na criação de novo imposto”, conclui Anastasia.

Proposta prevê menos burocracia para pequenas cidades garantirem recursos

Regras mais fáceis, práticas e menos burocráticas para que os pequenos municípios possam conseguir recursos junto ao Governo Federal e para prestação de contas. É o que prevê outra proposta apresentada pelo senador Antonio Anastasia, a PEC 77/2015. Trata-se do chamado "Simples Municipal", que quer facilitar a realização de obras em cidades menores.

A maioria dos municípios brasileiros são pequenos e nem sempre eles possuem corpo técnico qualificado para dar conta de toda a documentação exigida pelos Governos para liberação dos recursos.

"A burocracia ainda impede o desenvolvimento maior de muitos municípios pequenos. Foi buscando colaborar, conhecendo bem a realidade das cidades menores do interior de Minas Gerais, que protocolei essa PEC, para garantir o repasse de recursos a esses municípios de forma mais rápida, com menos burocracia e mais fluidez", afirma o senador mineiro.

Em um primeiro momento, essa proposta garante, na própria Constituição, que os municípios pequenos tenham um tratamento diferenciado, com exigências processuais e de controle mais

condizentes com as suas realidades. "Afinal, é preciso que se reconheça, não há nessas cidades os técnicos e especialistas que muitas vezes são necessários para levantar a papelada que hoje exigem os governos para liberação de recursos. A mudança será um passo importante para, depois, por meio de uma lei complementar, definirmos novas regras, claras e de acordo com a situação dessas pequenas cidades", explica.

A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovada no Senado, ainda precisará ser analisada pela Câmara dos Deputados.

Recursos de multas ambientais para regiões atingidas por desastres

Projeto de Lei (PLS 741/2015) de Anastasia garante que o valor das penalidades impostas por infração ambiental seja remetido, em sua totalidade, para as regiões atingidas por desastres. Nenhum dispositivo legal garante hoje essa destinação.

Se aprovada, a proposta vai beneficiar Municípios que sofrem tragédias como a que ocorreu recentemente em Mariana. A empresa causadora dos prejuízos foi multada pelo Governo Federal. Mas o prefeito da cidade mostrou sua apreensão com a possibilidade de que os recursos não cheguem para a reconstrução das áreas afetadas.

"É fundamental que a recomposição ambiental se dê da maneira mais rápida possível. O que queremos com esse projeto de lei é vincular esse valor à reconstituição das áreas atingidas", afirma o senador.



Foto: Renato Cobucci/Imprensa MG

Audiência pública debate proposta que quer dar maior segurança jurídica para o Brasil

Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 349/2015, apresentado pelo senador Anastasia, que quer dar ao Brasil segurança jurídica de verdade. Se aprovada, a proposta poderá gerar confiança novamente nos investidores, atrair negócios internacionais e viabilizar mais empregos e renda no País.

Uma série de juristas, professores e estudiosos do Direito se reuniu para elaborar o livro "Segurança Jurídica e Qualidade das Decisões Públicas", um

estudo sobre o referido projeto de Lei. O evento de lançamento, conduzido pelo senador mineiro, contou com debate que teve a participação da senadora Simone Tebet (PMDB/MS), relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, e do professor Carlos Ari Sundfeld (FGV/SP), um dos autores do livro e inspirador do projeto de lei. Uma audiência pública com a presença de diversos estudiosos também ocorreu no Senado para discussão do assunto.

"Em um primeiro momento esse parece ser um tema muito técnico, um pouco árido, mas é um assunto muito importante. Esse é um projeto de lei que modifica as relações do Direito Público, presentes no nosso dia a dia, em questões como, por exemplo, energia elétrica, comunicações, segurança, saúde, educação. Temos de organizar o funcionamento do Poder Público. O gestor, o cidadão comum, o empresário investidor precisam ter confiança nas normas", afirma Anastasia.

QUAL O CAMINHO?

Anastasia cobra planejamento para que o País possa retomar o rumo do desenvolvimento

Durante todo o ano, em manifestações no Plenário do Senado Federal ou em audiências públicas com ministros do Governo, o senador Antonio Anastasia cobrou da União um planejamento para o desenvolvimento do País. Segundo ele, não se pode exigir sacrifício dos brasileiros, como o aumento de impostos, sem que se apresentem os objetivos e metas a serem alcançadas.

Por diversas vezes, o senador denunciou a falta de ação mais efetiva para combate à inflação e para frear o desemprego que aumentou muito nesse último ano. A previsão dos economistas e órgãos ligados à área é que o Brasil encerará 2015 com o Produto Interno Bruto (PIB) negativo, com queda de cerca de 3%, e uma inflação que beira os 10% em um ano.

"O governo do PT aumentou os juros e retirou benefícios das empresas e dos trabalhadores. Lamentavelmente, os resultados agora são sentidos pelos próprios brasileiros. A inflação chega perto dos dois dígitos, o dólar atinge o maior valor dos últimos 12 anos. E, o pior de toda essa situação, o desemprego começa a bater na porta do trabalhador", denunciou Anastasia.

Em audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, o senador questionou o rumo do País. "O planejamento, hoje, lamentavelmente, é um instituto que não está recebendo atenção especial. Se indagarmos a qualquer cidadão: 'Qual é o projeto nacional? Para onde caminha o Brasil?' Nós não sabemos. Temos tão somente uma coletânea de más notícias", lamentou.

Senador insiste com União para que obra do metrô de Belo Horizonte saia do papel

Em audiência pública com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, o senador Anastasia também voltou a cobrar o andamento da tão prometida e aguardada obra do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de uma intervenção de responsabilidade da CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos que se arrasta há anos.

"De 2003 até agora, 2015, houve uma grande mobilização social não só na capital, mas em todo Estado. Os anos se passaram e, lamentavelmente, nada avançou. O Estado foi acionado pelo Governo Federal para que fizéssemos o projeto de expansão do metrô. Em 2013, foi assinado e publicado o convênio e, em um ano, o Estado entregou, em maio de 2014, esses projetos. Fica aqui então o meu pedido, o meu apelo e a minha esperança para avançarmos naquilo que é considerado a prioridade número um para a mobilidade de uma metrópole tão importante como Belo Horizonte", solicitou Anastasia ao ministro.

PEC apresentada pelo senador garante que recursos da União com saúde não sejam diminuídos

O senador Antonio Anastasia conseguiu as assinaturas necessárias e já tramita no Congresso Nacional sua nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC 76/2015) que visa garantir mais recursos da União para a saúde. O projeto estabelece que a aplicação em ações e serviços públicos de saúde pelo Governo Federal não poderá ser inferior a 15% da receita corrente líquida, nem inferior ao volume de recursos gastos no exercício financeiro anterior, corrigido pela inflação.

Na prática, se aprovada, a proposta vai garantir que os investimentos na área não diminuam de um ano para o outro por parte da União, o que vai impedir a interrupção de serviços e programas da área em todo o País.

Nos últimos tempos, diversas leis asseguraram a exigência mínima de

recursos de Estados e Municípios para o setor. A emenda 86, deste ano, estabeleceu uma transição para que a União, em até 5 anos, passasse a investir 15% da RCL na saúde. Por causa das regras da emenda, a partir do ano que vem deverá ser gasto 13,2%. Ocorre que, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, as regras atuais já garantiriam 14,6%.

“Com a atual emenda, sozinha, corremos o risco de, a partir de 2016, sofrermos uma redução nos gastos. E sabemos que isso não pode ocorrer, já que as carências do setor de saúde no Brasil inteiro já são enormes. Em todas as pesquisas de opinião, os serviços de saúde são os mais demandados. Por isso é importante garantir que os recursos sejam ao menos corrigidos pelo índice de inflação específico dos serviços de saúde de um ano para o outro”, afirma o senador.

Essa questão é importante porque ao longo do tempo os custos com saúde variam em ritmo diferente da evolução dos demais preços da economia. Entre janeiro de 2012 e maio de 2015, por exemplo, enquanto a inflação medida pelo IPCA alcançou 24,9%, a inflação do subitem “serviços de saúde” atingiu 32,6%. Na verdade, se analisados 41 meses, em 31 a inflação da saúde foi mais alta do que a inflação geral.

“Assim, ao garantir que a receita acompanhará pelo menos o valor dos custos, o projeto pretende ajudar na melhoria dos serviços de saúde em todo o Brasil”, diz Anastasia. A proposta do senador tucano recebeu assinatura de parlamentares de diferentes partidos. Além do PSDB, subscreveram a PEC senadores do PSB, PMDB, PSD, PP, DEM, PDT, PSC, PPS, REDE e PT.



Foto: Gil Leonardi/ Imprensa MG

Proposta define papel do Cade e do Banco Central na fusão entre bancos

Jornais especializados e estudiosos do tema deram destaque este ano para o projeto apresentado pelo senador Anastasia que busca definir as funções do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em caso de fusões, aquisições e incorporações entre instituições financeiras e na prevenção e repressão de infrações contra a ordem econômica.

“Há hoje grande controvérsia acerca da repartição de atribuições entre Cade e Banco Central na defesa da concorrência no âmbito do Sistema Financeiro”, afirma Anastasia.

As duas instituições entendem ser competentes para julgar esses tipos de casos, o que gerou diversas disputas judiciais. Pelo projeto, tais negociações

deverão ser notificadas aos dois órgãos. Se o Banco Central entender que o negócio envolve riscos ao sistema financeiro, deverá informar ao Cade.

O projeto especifica que cabe ao Banco Central dar a autorização para fusões, aquisições e incorporações entre instituições financeiras, mas acrescenta que deve ser respeitada a competência do Cade. Com isso, fica assegurada a atuação compartilhada de ambos os órgãos na análise de negócios no setor financeiro.

Caberá ao Cade, segundo o projeto, prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Na prática, garante ao órgão a análise das denúncias de condutas anticompetitivas dos bancos.

O Cade já age nesses casos, mas o texto do projeto de lei deixa clara essa atuação, de modo a afastar possíveis contestações dos bancos na Justiça contra a sua competência.

Para Anastasia, o projeto resolve o impasse entre o Cade e o Banco Central, que já chegou ao Supremo Tribunal Federal.

“O projeto cria um ambiente de maior segurança jurídica, já que prevê o compartilhamento de funções entre os dois, atribuindo de forma clara ao Cade a defesa da concorrência no setor financeiro, ao mesmo tempo em que permite que o BC intervenha em casos que acarretem algum risco ao Sistema Financeiro Nacional. É mais um avanço”, afirma o senador.

SEM BUROCRACIA

Projeto desburocratiza e dá mais agilidade ao processo de interdição no Brasil

Pessoas com incapacidade de exercer pessoalmente atos da vida civil precisam ser interditadas. Isso a lei já prevê. Ocorre que o processo judicial para esse fim pode ser demorado e penoso. Em razão disso, muitas pessoas acabam sem acesso a benefícios, como a aposentadoria ou pensão. Novo projeto de lei do senador Anastasia quer desburocratizar esse processo, dando a ele maior agilidade e segurança.

Pela proposta (PLS 452/2015), assim como ocorre em casos de separação sem litígio, o processo de interdição

poderá ser coordenado pelo Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais. O pedido da interdição deve ser feito por familiares, acompanhados por um advogado. Para garantir a correção e segurança, o Ministério Público deverá dar seu parecer para que, então, o juiz decrete a interdição.

“A interdição judicial é um processo lento e burocrático. O Judiciário não tem conseguido atender à demanda, que inevitavelmente crescerá, tendo em vista o aumento da expectativa de vida da população. Sabemos do cuidado que devemos ter com esse

tema e apresentamos um projeto de lei que dá uma alternativa segura e ao mesmo tempo torna o procedimento mais ágil. Isso beneficiará o serviço público e o próprio cidadão interessado”, explica o senador mineiro.

O projeto prevê todo o procedimento necessário para a agilidade do requerimento. Deverão ser apresentadas, por exemplo, as devidas provas da necessidade da medida. A substituição do curador também poderá ser processada de forma administrativa.

Anastasia propõe Fundo de Combate à Corrupção

O senador Antonio Anastasia quer que parte do dinheiro decorrente de multas aplicadas às pessoas jurídicas responsáveis por atos contra os cofres públicos seja destinado para um fundo de financiamento de ações da Política Nacional de Combate à Corrupção. A ideia está prevista em Projeto de Lei apresentado pelo senador.

“Nada mais justo que parte das receitas, oriundas das multas aplicadas às pessoas jurídicas responsáveis por atos lesivos à administração pública, possa ser aplicado em outras ações destinadas ao combate à corrupção. Criaremos um ciclo virtuoso no Brasil”, afirma o senador.

Pelo projeto apresentado, o dinheiro levantado pelo fundo proposto embasará atividades de correição, controle interno, auditoria, ouvidoria, incremento da transparência, capacitação de servidores e prevenção e combate à corrupção. Os recursos serão administrados pela Controladoria-Geral da União (CGU).

“Infelizmente, ao longo dos últimos anos, a CGU vem sofrendo duro golpe na sua capacidade de exercer sua função institucional, uma vez que o Executivo tem contingenciado os recursos orçamentários do órgão. O combate à corrupção não pode ficar a depender da boa-vontade do ocupante da Chefia do Executivo”, defende o senador mineiro. Na prática, o Projeto de Lei institui no âmbito da CGU uma nova política pública de combate a desvios, de forma a fortalecer e incrementar o papel da instituição em ações de fiscalização e controle.

A propositura do projeto não é uma ação isolada e inédita. Como governador de Minas Gerais (2010-2014), Anastasia reestruturou e fortaleceu o papel da Controladoria-Geral do Estado que, como entidade autônoma, teve papel fundamental na prevenção e fiscalização de práticas lesivas à administração pública estadual. Anastasia instituiu, também, decreto, até então sem precedente, estabelecendo que a chamada “Lei da Ficha Limpa” seria critério também para a escolha e nomeação, em cargos em comissão, de dirigentes e servidores da Administração Pública. As restrições impostas foram ainda mais amplas do que as da própria Lei, impedindo, por exemplo, que agentes do Estado condenados a ressarcir os cofres públicos, em razão de culpa grave ou dolo, assumissem cargos ou empregos de confiança. Dirigentes e servidores, de todos os escalões, tiveram de apresentar declaração de que não estavam abrangidos pelos novos impedimentos impostos pelo decreto.

O projeto apresentado agora pelo senador será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

PLS cria banco de dados para combate a crimes contra a administração

Anastasia também apresentou projeto de lei que prevê o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação de todos os Poderes públicos com a criação de um banco de dados unificado.

Nesse banco deverão constar informações sobre a existência de procedimento investigatório contra pessoas físicas ou jurídicas, acerca de práticas de crimes contra a administração pública ou atos de improbidade administrativa, assim como a lista de pessoas objeto de investigação e as medidas cautelares relacionadas ao caso em curso.

Pela proposta, o banco de dados terá caráter sigiloso e só poderá ser consultado ou acessado pelos órgãos de investigação. Em alguns casos, para acesso a todo o conteúdo, será necessária autorização judicial. “A aprovação desse projeto vai garantir mais eficiência às investigações e celeridade aos procedimentos, com a punição dos envolvidos, colaborando para o fim da sensação de impunidade que, infelizmente, ainda hoje impera no Brasil. Vamos agora trabalhar firme para sua análise e aprovação”, afirma Anastasia.



Foto: Gerlan Wesley

Governo desrespeita Itamaraty e erra na política externa

Para Anastasia a política externa brasileira precisa ser conduzida de maneira mais profissional, sem visões ideológicas ultrapassadas. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem denunciado que a falta de compromisso é tamanha que o Brasil chegou a atrasar o pagamento de suas obrigações com a ONU e tem deixado embaixadas em dificuldades, ridicularizando a sempre respeitada diplomacia brasileira.

“A compulsão em abrir embaixadas pelo mundo afora, com o único propósito de alcançar inclusão, como membro permanente, no Conselho de Segurança da ONU, resultou em total fracasso. As verbas do Itamaraty, já naturalmente contidas em razão da crise financeira do governo, ficaram sobrecarregadas. E, agora, falta tudo em todos os lugares, para o mínimo funcionamento de nossas representações! O Brasil não pode se contentar com um papel periférico no mundo. Sua posição geográfica, seus recursos naturais, sua posição econômica e sua trajetória pacífica, por si só, justificam uma ação de destaque. Falta uma estratégia correta para esta política”, afirma.

Anastasia cobra posição do Brasil sobre ações de desrespeito democrático na Venezuela

Anastasia cobra consistentemente do Governo Brasileiro uma ação mais efetiva frente aos repetidos ataques do Governo da Venezuela contra a democracia. Junto com outros senadores de oposição, Anastasia recebeu, em maio, esposas de políticos perseguidos pelo regime do presidente Maduro. “Ouvimos, de viva voz, aquilo que já acompanhávamos pela imprensa: a ditadura, o desrespeito aos direitos humanos, o assassinato, a situação caótica por que passa a nação vizinha e irmã, a Venezuela”, disse Anastasia durante audiência pública sobre o tema.

“O valor da liberdade, para nós, é fundamental. E repugna aos brasileiros, e aos mineiros em especial, assistirmos uma nação irmã como a Venezuela estar agora envolvida em uma ditadura tão cruel e tão grave como esta. É ainda mais triste ver o Brasil, independente das nossas cláusulas formais de compromisso internacional, pela sua posição geográfica e geopolítica, quedar-se silente, inerte e omissa em relação ao seu governo, para apresentar, no Foro Internacional, o descalabro que ocorre agora na Venezuela”, denuncia.

Senador denuncia silêncio do Governo Brasileiro contra Estado Islâmico

Anastasia também cobrou reiteradas vezes, desde o início de sua atuação no Senado, uma ação do Governo Brasileiro de repúdio ao Estado Islâmico. O grupo terrorista que vem espalhando o terror em diversos Países do Oriente Médio – destruindo cidades, recrutando crianças e adolescentes para guerra, abusando de mulheres, destruindo monumentos históricos, decapitando pessoas e que assumiu a autoria de diversos atentados terroristas ao redor do mundo, – parece contar com a complacência brasileira. Em diversas audiências para sabatinas com indicados para ocuparem os cargos de embaixadores, o senador mineiro cobrou o fim do silêncio do Itamaraty e uma posição mais incisiva do Brasil também nesta questão.

“A recusa brasileira em condenar, de modo enfático, as aberrações do chamado Estado Islâmico, que expõe para todo o mundo sua política de decapitações, torturas, genocídio e destruição do patrimônio cultural da humanidade, ilustra, de modo melancólico, a inércia brasileira em se aliar às nações comprometidas no esforço de devolver a paz e a segurança ao mundo”, lamenta.

No Exterior, Anastasia representa Senado em eventos do Parlatino que discutem políticas de integração e desenvolvimento



A experiência administrativa do senador Antonio Anastasia tem dado a ele papel de destaque também internacionalmente. Em duas ocasiões ele representou o Senado Federal brasileiro nas reuniões do Parlamento Latino-americano (Parlatino).

O Parlatino é um organismo de caráter permanente e unicameral composto pela maioria dos parlamentos nacionais da América Latina, democraticamente eleitos por sufrágio popular. Tem, dentre outros, o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade latino-americana e de alcançar a plena integração econômica, política, social e cultural de seus povos; defender o pleno gozo da liberdade, a justiça social, a independência econômica e do exercício da democracia representativa e participativa; e garantir o estrito respeito pelos direitos humanos. Nas reuniões do grupo busca-se

estudar, discutir e formular políticas para resolver as questões sociais, econômicas, culturais e estrangeiras da comunidade latina.

No Panamá, as discussões se desenvolveram principalmente sobre assuntos que envolvem a melhoria da infraestrutura, com a apresentação de experiências bem-sucedidas em países do continente que poderiam ser implementadas também no Brasil.

“Os debates giraram em torno do implemento da infraestrutura para permitir o progresso das Nações, oferecendo o Panamá, país relativamente jovem, um exemplo vibrante de acelerada evolução econômica e social. E o mais interessante neste debate, a servir de vivo exemplo para o Brasil, é a ativa participação do setor privado neste esforço de infraestrutura, tomando como exemplo a própria ampliação do vital Canal do Panamá, forma de

integração interoceânica essencial para o nosso continente”, afirma. Para o senador, a convivência de diferentes culturas e a troca de experiências políticas e administrativas de sucesso podem acarretar melhorias significativas de problemas comuns aos Países-membros. Questões como, por exemplo, o financiamento das obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento.

“Interessante observar, em ambientes políticos tão diversos, com representações parlamentares de vários matizes ideológicos, o reconhecimento quase unânime do papel imprescindível do setor privado para os investimentos. Neste caminho, não adianta a discussão puramente ideológica. Pois todos os países já perceberam que com fontes de seus próprios recursos públicos, oriundos de tributos, não haverá suficiente lastro para o investimento demandado”, ressaltou.



O mundo aguarda um protagonismo maior do Brasil, avalia senador ao voltar de missão junto à União Europeia

O senador Antonio Anastasia foi um dos seis convidados para o 'Programa Líderes Brasileiros', promovido pela Fundação Conselho Espanha-Brasil, em Madri e em Bruxelas, sede da União Europeia. O objetivo foi aprofundar as relações entre Espanha e Brasil, de forma a catalisar um possível acordo econômico e comercial entre a União Europeia e o Mercosul por intermédio das duas Nações.

"Nos vários encontros que realizamos, pudemos perceber como o Brasil tem perdido a chance de ser protagonista, papel sempre reclamado pelos nossos parceiros e irmãos espanhóis, de promover uma ação mais efetiva do nosso País. Em um primeiro momento, em defesa da democracia na Venezuela, na luta pelos direitos humanos e no combate ao terrorismo. E, é claro, de apoio ao esforço e à ajuda que a Espanha tem nos dado para obtenção do tão desejado acordo econômico e comercial entre a comunidade europeia e o Mercosul", afirma o senador.

Na Espanha, Anastasia esteve nos Ministérios das Relações Exteriores; da Economia e Competitividade; da Indústria, Energia e Turismo e na embaixada do Brasil.

Durante o encontro com Anastasia, o secretário de Estado de Cooperação Internacional da Espanha, Jesús Gracia Aldaz, falou sobre o valor que o Brasil tem para a Espanha em termos econômicos e culturais. Mas, segundo ele, não houve até agora por parte do Brasil uma contrapartida política, apesar do permanente interesse espanhol em melhorar as relações bilaterais. Para o diretor-geral de Comércio e Investimentos da Espanha, Antonio Fernández Martos, com quem o senador também se reuniu, o Brasil é um parceiro preferencial. O diretor-geral da indústria, do Ministério da Indústria, Energia e Turismo, Victor Audera López, também se posicionou pela melhoria das relações comerciais entre os dois Países. Em outra reunião, no Ministério das Relações Exteriores, o diretor-geral de

políticas comuns e assuntos gerais da União Europeia, Alejandro Abellán, falou sobre as tratativas para um possível acordo comercial entre a UE e o Mercosul.

"Em todas as reuniões que tivemos, com destacadas autoridades, houve uma cobrança muito intensa por um protagonismo, uma participação, uma ação mais efetiva do Brasil no cenário internacional, fazendo jus à sua capacidade econômica, ao seu tamanho geográfico, à sua população e à sua importância no Mercosul. E todos demonstrando que o papel atual do Brasil é muito aquém, muito menor do que aquele que poderia desempenhar", destaca Anastasia.

Bélgica

Em Bruxelas, capital da União Europeia, o senador Anastasia permaneceu dois dias em uma série de encontros com lideranças da organização. Além de visitar o parlamento europeu, ele se encontrou com representantes de algumas equipes responsáveis pela condução das negociações em curso entre UE e Mercosul. Esteve no gabinete da vice-presidente da Comissão e alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Federica Mogherini, e na Comissão de Comércio, comandada por Cecília Malmström. O senador também se reuniu com o chefe da divisão Mercosul do Serviço Europeu para a Ação Externa (EEAS), Adrianus Koetsenruijter.

"O foco principal em Bruxelas foi, de fato, a questão econômica, que é a mais relevante nesse momento exatamente em razão das negociações do Governo brasileiro e do Mercosul com a comunidade europeia para firmar esse novo acordo que pode representar, se feito, um novo patamar econômico entre o conselho da Europa e o Mercosul. Significará certamente um grande alento nas questões das exportações brasileiras", relembra Anastasia.

Senado aprova projeto de lei apresentado por Anastasia para defesa dos animais

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram o Projeto de Lei (PLS 351/2015) do senador Antonio Anastasia que incluiu no Código Civil brasileiro a definição de que os animais não podem ser considerados coisas. A proposta, relatada pelo senador Alvaro Dias (PSDB/PR), teve parecer favorável e foi acolhida por todos os parlamentares, de diversos partidos, presentes na comissão. A matéria agora vai ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

“Infelizmente, não são poucas as pessoas que tratam animais como elementos descartáveis. Ignoram que eles sentem dor, frio, que têm necessidades. E a lei hoje também assim os trata. É isso que estamos mudando agora, a exemplo de Países com legislação mais evoluída neste tema”, afirma Anastasia.

Para o senador mineiro, este é apenas um primeiro passo, mas muito relevante, para que os animais adquiram também no Brasil um novo status. “Ao assegurar que os animais não serão tratados como coisas, começamos a abrir uma série de possibilidades novas para garantir a eles mais direitos, vedando o descuido, o abuso, o abandono. Proteger os animais é estimular uma sociedade de paz e tolerância. Significa, portanto, cuidar também dos humanos”, diz.

O relator do projeto, senador Alvaro Dias, apresentou duas emendas que aperfeiçoaram o texto legislativo e que também foram aprovadas. Em seu relatório, ele destacou a importância da proposta. “O projeto merece o nosso apoio em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação civil vigente”, afirmou.

Diversos órgãos e pessoas engajadas com a proteção animal manifestaram apoio ao projeto de Anastasia e destacaram a importância desse passo legal inicial. “Um projeto de lei de vanguarda. Não podemos deixar o Brasil fora dessa grande revolução teórica que já chegou aos países adiantados em relação ao status jurídico do animal. Os animais, ainda que continuem a ser classificados como bens, merecem uma proteção especial em relação

às outras espécies de bens, uma vez que a ciência os reconhece como seres vivos sensíveis”, afirmou em artigo publicado a presidente da Comissão dos Direitos dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais (OAB/MG), Edna Cardozo Dias.

“Esse projeto é digno de aplausos e demonstra que, felizmente, há, ainda, governantes que se sensibilizam pela luta de um direito mais humanizado. Daí se faz urgente e necessária a alteração da legislação brasileira no que tange aos direitos dos animais, tendo em vista que muitas famílias brasileiras não consideram os seus animais de estimação como ‘coisas’”, destaca a professora universitária, membro e apoiadora do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Fernanda São José.



O trabalho continua...

Depois da aprovação do dispositivo que define que os animais não serão considerados coisas, Anastasia foi designado para um novo desafio: relatar o projeto que institui o estatuto de proteção dos animais. A proposta originária, do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), já começou a ser estudada por Anastasia, que tem conversado com entidades ligadas ao tema na busca do melhor e mais completo texto para o assunto.

O projeto de lei estabelece o direito à proteção à vida e ao bem-estar do animal, a vedação de práticas e atividades que se configurem como cruéis ou danosas da integridade física e mental, tipifica os maus-tratos e dispõe sobre infrações e penalidades.

Essa proposta será primeiro analisada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Se aprovada, irá para decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seguindo então para a Câmara dos Deputados.

O trabalho e a atuação do senador Antonio Anastasia não se restringe ao dia a dia do Congresso Nacional. Além de ser convidado a participar de encontros e eventos pelo Brasil afora, para falar sobre suas ideias, o senador mantém conversas com lideranças políticas, sindicais e empresariais para debater projetos e propostas para um País com maior justiça social, mais desenvolvimento e melhor qualidade de vida para as pessoas.

Em São Paulo, Anastasia faz palestra durante Encontro dos presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil

A História brasileira foi construída sob forte viés centralizador. Primeiro, os brasileiros eram dependentes das ordens de Lisboa, em Portugal, no tempo da colonização. Depois, quando da independência, passou-se a aguardar as decisões do Rio de Janeiro, capital do Reino e da nova República. E hoje, mesmo passados séculos, os entes federados continuam reféns da boa vontade de Brasília. Ainda que prevista na Constituição e no nome oficial do País (República Federativa), a ideia de Federação no Brasil, desde quando instituída, em 1889, avançou muito pouco. Essa foi a avaliação feita pelo senador Antonio Anastasia durante encontro na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que reuniu presidentes das Assembleias Legislativas de todo o País.

“Temos hoje um processo centralizador abusivo. Só no Brasil existe, por exemplo, a figura das estradas federais, que tem dificuldades graves de gestão. Isso não é possível. A competência deveria ser dos Estados. Há uma série de outras distorções. A União precisa perceber que não é uma questão de perda de poder. É compartilhar competências para solucionar problemas”, defendeu Anastasia.



Foto: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



No Rio Grande do Sul, senador apresenta métodos e resultados do Choque de Gestão

Anastasia apresentou, em debate promovido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o trabalho realizado em Minas Gerais de 2003 a 2014. Por meio do “Choque de Gestão”, o Estado saiu de uma situação difícil, de déficit nas contas, atraso de salário de servidores, parcelamento do 13º e falta de pagamento a fornecedores, para uma nova realidade, a do déficit zero. Situação semelhante àquela de 2003 em Minas, vive o Rio Grande do Sul atualmente.

“Encontramos Minas Gerais com uma crise grave. Com o fim da alta inflação, a partir de 1994, os Estados em geral passaram a viver uma situação complicada por falta de receita, que foi sendo agudizada. Havia, ainda, uma ausência absoluta de planejamento”, explicou. Para reverter a situação, uma série de mudanças precisaram ser feitas. O esforço envolveu todas

as áreas do Estado e contou com a colaboração de diversos setores da sociedade mineira. Em pouco mais de dois anos, a situação começou a melhorar. Segundo Anastasia, não há soluções mágicas. É preciso esforço. “A verdade é que no Brasil nunca fomos afeitos a reformas porque elas modificam costumes e estruturas. Toda alteração é motivo de críticas e de resistências. Aí vem aquela velha frase: ‘Por que mudar? Sempre foi assim’. Isso mata a inovação e a boa administração”, afirma o senador.

O Governo de Minas enfrentou os desafios e, com isso, equilibrou suas contas e voltou a investir. Em uma estrutura mais profissionalizada, o Estado passou a pactuar metas e apresentou resultados concretos para a população com a melhoria dos serviços públicos e dos indicadores sociais e econômicos.



Foto: Pedro Paiva

Encontro com a Juventude

Durante todo o ano, em Belo Horizonte, Anastasia se reuniu com lideranças políticas, participou de eventos e encontros diversos. Em uma dessas reuniões, o senador esteve com jovens para discutir a participação da juventude na política do País.

“Conversamos sobre vários assuntos. Falei um pouco sobre a história dos partidos políticos e a necessidade de termos legendas mais fortes e democráticas, com a participação ativa da sociedade. É preciso valorizarmos cada vez mais a boa gestão no Brasil. Foi mais uma ótima oportunidade para a troca de ideias. É a juventude que oxigena a política e o envolvimento maior desse segmento é essencial”, afirma o senador.

LIBERTAS

MAJUS

TAMEN